

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CAMPUS SERTÃO – UNIDADE SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

EMANNUEL CAMILO ARAÚJO

**Análise da Variação de Preço da Cesta Básica de Santana do Ipanema-AL e sua Relação
com o Salário Mínimo**

Santana do Ipanema
2017

EMANNUEL CAMILO ARAÚJO

Análise da Variação de Preço da Cesta Básica de Santana do Ipanema-AL e sua Relação com o Salário Mínimo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano da Silva Santos.

Santana do Ipanema
2017

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Santana do Ipanema
Responsável: Rafaela Lima de Araújo – CRB4 2058

A658a Araújo, Emmanuel Camilo.
 Análise da variação do preço da cesta básica de Santana do Ipanema /
 Emmanuel Camilo Araújo. - 2017.

 48 f.:il.

 Orientador: Cristiano da Silva Santos.
 Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) -
Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de
Ciências Econômicas. Santana do Ipanema, 2017.

 Bibliografia: f. 40 – 41.

1. Cesta básica . 2. Salário mínimo. 3. Poder de compra . 4. Inflação.
5. Santana do Ipanema- Alagoas . I. Título.

CDU: 33

EMANNUEL CAMILO ARAÚJO

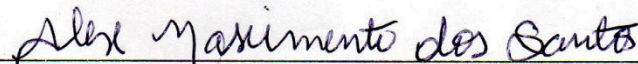
**Análise da Variação do Preço da Cesta Básica de Santana do Ipanema - AL e sua
Relação com o Salário Mínimo**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado no Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de
Alagoas, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Economia.

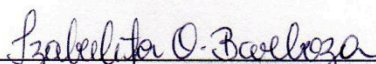


Prof. Dr. Cristiano da Silva Santos - UFAL (Orientador)

Banca Examinadora:



Prof. Me. Alex Nascimento dos Santos - UFAL (Examinador)



Prof. Me. Izabelita Oliveira Barboza - UFAL (Examinador)

A Deus, aos meus pais e a minha família

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que desde sempre me incentivaram a estudar, estiveram todo momento ao meu lado me apoiando, abdicaram de muitas coisas durante toda a vida para me dar as melhores condições de vida e de ensino, e mesmo depois de adulto e responsável pela própria vida, não cansam de me dar suporte diariamente, seja nos estudos, no trabalho, ou na vida social. Ao meu irmão, que apesar das brigas, está comigo sempre, seja nos momentos bons ou ruins, e mesmo com seu jeito grosso, mesmo sendo mais novo, já me ensinou muito e me faz querer ser cada vez melhor. A toda minha família, pelo incentivo e apoio sempre que possível. Ao meu orientador, Prof. Dr. Cristiano Santos, por todo o apoio desde o começo, quando ainda estava totalmente desnorteado sobre a elaboração do tema, me guiou da melhor forma para construção desse. A minha noiva, Ianca Larissa, que foi fundamental durante toda a minha graduação, me deu todo o apoio que precisei nos momentos mais difíceis, nos finais de período quando a situação apertava e eu estava desacreditado, ela me fazia retomar a fé em mim mesmo e continuar, e principalmente nessa reta final, na construção desse TCC, me incentivando, me fazendo acreditar e puxando minha orelha quando eu precisava. Aos meus professores ao longo de todo o curso, que nos suportaram e nos guiaram diariamente. Aos professores do primeiro período, os quais me fizeram mergulhar nesse mundo novo que era a academia, em especial a Prof^a. Dr^a. Lídia Ramires, que esteve sempre ao nosso lado e fez com que entendêssemos melhor o momento que estávamos vivendo, ajudou muito no nosso crescimento inicial, e fez com que o choque entre Ensino Médio e Ensino Superior fosse bem mais fácil de suportar. Aos meus colegas de turma, que estiveram sempre comigo nessa trajetória, em especial Maurício Moura, Rawelly Nobre e Samuel Oliveira, os quais iniciamos e terminamos juntos, nas horas sérias, nas brincadeiras, nos apertos e dificuldades. A toda a turma da UFAL, a qual convivi nos últimos quatro anos. Aos amigos do curso, amigos do curso de contabilidade. Aos amigos de tantas viagens e congressos ao longo dessa graduação, amigos e viagens que trouxeram tanta alegria e deixaram a caminhada mais leve. Pessoas que conheci em outros estados, de outras universidades e se tornaram amigos. Agradeço imensamente a Pedro Augusto, que desde seu jeito irreverente nas entradas em sala de aula me fez querer fazer parte do movimento estudantil, e logo em seguida pelo seu convite para fazer parte do Centro Acadêmico de Economia - CAECO, onde aprendi muito mais do que esperava, e passei a amar tudo o que ali fazia. Ao centro Acadêmico de Economia, por toda sua trajetória de lutas e conquistas, por ter nos recebido tão bem na nossa chegada a UFAL, por ter me acolhido como membro, mesmo antes de eu ser de fato um membro do CAECO. Aos amigos que fiz, e outros que fortaleci a amizade durante esse período de graduação, Carlos Silva, Darlison Pontes, Franklin Moismar, Hudys Ferreira, Iris Cardial, Jackson Dió, Matheus Lima, Railma Alencar, Stonny Wanderley, Maurício Moura, Telma Barbosa, Paula Alencar e muitos outros que fazem parte de vários momentos nesses anos e com certeza levarei comigo para sempre.

RESUMO

Esse trabalho apresenta uma análise da variação do preço da Cesta Básica de Santana do Ipanema e uma comparação com a variação da Cesta Básica de Maceió. A partir dessa análise, verifica qual a relação da cesta básica com o salário mínimo, e como esse vem sendo afetado pela variação do preço da cesta. Possui como hipótese, o aumento ou diminuição do poder de compra do trabalhador, dada a variação do preço da cesta e sua relação direta com o comprometimento sobre o salário mínimo. A análise foi realizada a partir da coleta de dados sobre a cesta básica de Santana do Ipanema e Maceió, além de dados e informações sobre a cesta básica a nível nacional, bem como informações sobre variações e cálculos do salário mínimo. Como base, foi realizada revisão literária a certa dos temas trabalhados, cesta básica, salário mínimo e inflação, de modo a facilitar a compreensão sobre o tema. Ao final, foi verificada uma diminuição no comprometimento do salário mínimo em Santana do Ipanema, para aquisição da cesta, ao mesmo tempo em que houve um aumento no comprometimento do salário mínimo em Maceió, para aquisição da mesma cesta de produtos, considerando assim um aumento do poder de compra do trabalhador em Santana do Ipanema, bem como uma diminuição do poder de compra do trabalhador de Maceió.

PALAVRAS-CHAVE: Cesta básica. Salário Mínimo. Inflação. Poder de compra.

ABSTRACT

This work presents an analysis of the price variation of the Basic Basket of Santana do Ipanema and a comparison with the variation of the Basic Basket of Maceió. From this analysis, it verifies the relation between the basic basket and the minimum wage, and how it has been affected by the basket price variation. It has as hypothesis, the increase or decrease of the purchasing power of the worker, given the variation of the basket price and its direct relation with the commitment on the minimum wage. The analysis was carried out from the data collection on the basic basket of Santana do Ipanema and Maceió, as well as data and information about the basic basket at national level, as well as information on variations and calculations of the minimum wage. As a basis, a literary review was carried out on certain themes, basic basket, minimum wage and inflation, in order to facilitate understanding on the subject. At the end, there was a decrease in the minimum wage commitment in Santana do Ipanema, to purchase the basket, while at the same time there was an increase in the minimum wage commitment in Maceió, to purchase the same basket of products, thus considering an increase of the worker's purchasing power in Santana do Ipanema, as well as a decrease in the purchasing power of the Maceió worker.

KEY WORDS: Basic basket. Minimum wage. Inflation. Power of purchase.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL E SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO.....	18
Gráfico 2 - VARIAÇÃO DO PREÇO DA CESTA BÁSICA EM SANTANA DO IPANEMA NO PERÍODO DE 2013 A 2017.....	25
Gráfico 3 - PRINCIPAIS VARIAÇÕES DA CESTA DE SANTANA DO IPANEMA NO PERÍODO ESTUDADO.....	26
Gráfico 4 - PESO DOS PRODUTOS NA CESTA EM MARÇO DE 2013.....	27
Gráfico 5 - PESO DOS PRODUTOS NA CESTA EM JUNHO DE 2017.....	28
Gráfico 6 - VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PESO DOS PRODUTOS DE 2013 A 2013..	30
Gráfico 7 - EVOLUÇÃO DA CESTA BÁSICA X SALÁRIO MÍNIMO.....	31
Gráfico 8 - VARIAÇÃO DO PESO DA CESTA BÁSICA DE SANTANA DO IPANEMA NO SALÁRIO MÍNIMO.....	32
Gráfico 9 - PREÇO DA CESTA BÁSICA DE SANTANA DO IPANEMA X MACEIÓ.....	33
Gráfico 10 - VARIAÇÃO DO PESO DA CESTA BÁSICA DE MACEIÓ NO SALÁRIO MÍNIMO	34
Gráfico 11 - VARIAÇÃO DO PESO DA CESTA BÁSICA DE MACEIÓ NO SALÁRIO MÍNIMO.....	35
Gráfico 12 - VARIAÇÃO DO PESO DA CESTA BÁSICA DE SANTANA DO IPANEMA X MACEIÓ NO SALÁRIO MÍNIMO.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela de provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei nº 399.....	14
Tabela 2 - Análise descritiva dos dados.....	29
Tabela 3 - Análise da Regressão - Lei do Preço Único - Santana do Ipanema X Maceió.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFA	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CC	Custo da Cesta de Maior Valor
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IPC	Índice de Preços do Consumidor
IGP	Índice Geral de Preços
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	Índice de Preços do Consumidor Amplo
INPC	Índice Nacional de Preços do Consumidor
PIB	Produto Interno Bruto
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
SEPLAG	Secretaria de Estado e do Planejamento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CESTA BÁSICA E INFLAÇÃO.....	12
3 CESTA BÁSICA E PODER DE COMPRA	17
3.1 Salário Mínimo	17
4 LEI DO PREÇO ÚNICO	21
5 METODOLOGIA.....	22
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	25
6.1 Análise da Cesta Básica de Santana do Ipanema - AL.	25
6.2 Cesta Básica e Poder de Compra.	31
6.3 Relação da Cesta Básica de Santana do Ipanema e Maceió.	33
6.4 Lei do Preço Único.....	37
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho realiza uma análise da variação do preço da cesta básica de Santana do Ipanema e Maceió, e verifica a relação entre as duas. A partir dessa análise, verifica qual a relação da cesta com o salário mínimo, afim de demonstrar quais os impactos da variação da cesta no salário mínimo, e qual o nível de comprometimento deste, para aquisição da cesta, além de analisar se houve aumento ou diminuição do poder de compra do trabalhador.

O período compreendido pela pesquisa é de março de 2013 a junho de 2017, os dados da cesta básica de Santana do Ipanema foram colhidos a partir do Projeto de Pesquisa "Acompanhamento do Custo da Cesta Básica no Município de Santana do Ipanema/AL".

O objetivo central desse trabalho é verificar quais os impactos da variação da cesta básica no salário mínimo. Faz uma ampla análise da cesta básica de Santana do Ipanema, verificando: quais produtos tem maior peso na composição da cesta e quais sofreram maior variação durante o período estudado, acompanha a variação desses preços e pesos durante todo o período, assim como a variação do salário mínimo vigente e salário mínimo necessário, compara as cestas de Santana do Ipanema e Maceió e verifica a relação entre elas, analisando quais suas particularidades em relação ao comprometimento do salário mínimo.

A hipótese analisada neste trabalho, é a diminuição ou aumento no poder de compra do trabalhador, dada a variação do valor da cesta básica e os reajustes salariais. Esta é verificada, com particularidade para Santana do Ipanema e Maceió, onde cada cidade apresentou um efeito diferente do impacto da variação do preço da cesta no salário mínimo.

Visto que Santana do Ipanema possui grande parcela de sua população na linha de pobreza e extrema pobreza, torna-se necessário analisar esse cenário, afim de entender as particularidades da variação de preços da cesta básica no município e se essa realmente pode, ou está gerando, de fato, algum impacto no poder de compra do consumidor local.

O índice de GINI de Santana do Ipanema, se comparado ao de Alagoas, apresenta uma situação um pouco melhor, já que Santana apresenta um índice de 0,61, ao mesmo tempo que Alagoas apresenta um índice de 0,63, mas esse número ainda é alto, já que a incidência de extremamente pobres é de 29,25%, para 2010, sendo aproximadamente 1/3 da sua população total. (SILVA, 2015).

A análise não toma como base os níveis de inflação em si, mas apenas a variação dos preços da cesta básica, que faz parte do Índice de preços do consumidor (IPC), que também é usado como ferramenta para se medir a inflação.

Por fim, de acordo com a análise das cestas, foi possível verificar que a cesta de Santana do Ipanema possui valor razoavelmente inferior a de Maceió, e com isso, seu peso no salário mínimo é menor, em outras palavras, a cesta básica de Santana do Ipanema gera um comprometimento menor no salário mínimo, se comparada a cesta de Maceió. Foi possível verificar ainda, que essa diferença, entre as duas cestas, aumentou ao longo do período estudado, enquanto a cesta básica de Santana do Ipanema passou a gerar um comprometimento menor no salário mínimo, o inverso ocorreu quando analisada a cesta de Maceió.

2 CESTA BÁSICA E INFLAÇÃO

A inflação e o aumento de preços sempre foi figura presente na economia brasileira, suas altas taxas fizeram com que a economia sofresse muito, até que os planos para regulação criados pelo governo dessem certo.

A inflação impediu a estabilização da economia brasileira entre as décadas de 1980 e 1990. Até chegar ao Plano Real, vários outros Planos foram colocados em ação, como o Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão e o Plano Collor I e II. Mas só a partir da implementação do Plano Real em 1994, a inflação foi controlada e os consumidores passaram a ter mais controle de sua finanças. (LACERDA *et al*, 2000).

Mas, para alguns pensadores, a inflação nem sempre significa um problema, pelo contrário, a inflação pode ser sinal de avanço e crescimento, mas não só isso, ela pode ser não a consequência, mas o motivo do crescimento.

Funciona para mover a economia, apesar de retirar parte do poder de compra dos consumidores, afetando de forma direta o desenvolvimento, a inflação é sinal de que a oferta não está suprimindo a demanda, ou que o poder aquisitivo dos consumidores aumentou e com isso há a necessidade de aumentar os preços. A teoria da curva de Philips, por exemplo, indica que a inflação influi no aumento da produção do país, pois, mantém um nível mais elevado de emprego. (SILVA, 2015).

No pensamento econômico a inflação pode ser facilmente compreendida como o aumento demasiado da demanda em relação a oferta, onde a oferta não consegue suprir a demanda, e então, se faz necessário o aumento dos preços para retomar o equilíbrio de mercado.

Em microeconomia, quando a demanda por bens aumenta de forma que a oferta não consegue comportar esse aumento, o próprio mercado, considerando uma concorrência perfeita, regula um novo nível de preços para controlar essa demanda. Na macroeconomia não é diferente, um aumento generalizado dos demandantes, por vezes, faz com que os ofertantes tenham que aumentar os níveis de preços dos produtos, devido à escassez nesta oferta. Esse aumento generalizado é chamado de inflação. (SILVA, 2015, p. 30)

A inflação pode ser definida como a diminuição do poder de compra da moeda. Como explica Silva (2015, p. 31), "Como, por definição, a inflação é o aumento generalizado no nível de preços, o resultado deste aumento é a perda de poder aquisitivo da moeda, ou perda do poder de compra; a mesma unidade monetária irá adquirir menos bens e serviços, pois o preço destes se elevou."

A inflação ocorre quando a demanda excede a oferta, quando o crescimento da produção não consegue acompanhar o crescimento da demanda. Efeito conhecido como Inflação de Demanda. Há também a inflação causada pela oferta, que ocorre quando há aumento no custo de produção, seja ele ocasionado pelo aumento no preço dos insumos, ou pelo aumento dos salários, onde ambos implicam na elevação do custo de produção, que é repassado ao valor do produto, gerando uma inflação de oferta. (SILVA, 2015)

Várias são os índices utilizados para medir a inflação, no Brasil, alguns deles são: Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ambos calculados pelo IBGE; Índice Geral de Preços (IGP), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), e Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). (SILVA, 2015)

A cesta básica não é o único ponto para se medir a inflação, nem é o que se propõe o trabalho, mas a cesta básica é fator determinante dentro dos sistemas para medir a inflação, e é um dos fatores mais importantes dentro dos orçamentos familiares, portanto, será tomada como base nesse trabalho, para saber como essa afeta o poder de compra das famílias. Compõe o Índice de Preços do Consumidor (IPC) utilizado para medir a inflação. A inflação é medida de diversas formas, no Brasil. Além do IPC, um dos índices de maior relevância é o Índice Geral de Preços (IGP) que apresenta por períodos como se comportou a inflação. É calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

A cesta básica brasileira é composta por itens descritos em lei, e deve, segundo o IBGE, demandar no máximo 20% do salário mínimo, pois, segundo a mesma lei, o salário mínimo deve atender também a outros requisitos mínimos de sobrevivência.

A Cesta Básica Nacional foi definida pela Lei nº 185, de 14 de Janeiro de 1936, sendo regulamentada pelo Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, que além de enunciar a chamada cesta básica nacional, estabeleceu em seu art. 2º que o salário mínimo é a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer em

determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Os produtos da Cesta Básica e suas respectivas quantidades mensais são diferentes por regiões e foram definidos pelo Decreto 399 de 1938, que continua em vigor¹. A sua estrutura encontra-se na tabela 1:

TABELA 1: TABELA DE PROVISÕES MÍNIMAS ESTIPULADAS PELO DECRETO LEI N° 399.

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6,0 kg	4,5 kg	6,6 kg	6,0 kg
Leite	7,5 I	6,0 I	7,5 I	15,0 I
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3,0 kg	3,6 kg	3,0 kg	3,0 kg
Farinha	1,5 kg	3,0 kg	1,5 kg	1,5 kg
Batata	6,0 kg	-	6,0 kg	6,0 kg
Legumes (Tomate)	9,0 kg	12,0 kg	9,0 kg	9,0 kg
Pão francês	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg
Café em pó	600 gr	300 gr	600 gr	600 gr
Frutas (Banana)	90 unid	90 unid	90 unid	90 unid
Açúcar	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg
Banha/Óleo	750 gr	750 gr	900 gr	1,5 kg
Manteiga	750 gr	750 gr	750 gr	900 gr

Fonte: DIEESE

Região 1 - Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal.

Região 2 – Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre, Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão.

Região 3 - Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

¹ Decreto Lei 399 de 1938. As quantidades diárias foram convertidas em quantidades mensais.

Nacional - Cesta normal média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional.

Em 2005, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, (DIEESE, 2005), foi registrado uma alta no valor da cesta básica, em 12 das 16 capitais, nas quais o estudo é realizado mensalmente, de acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta básica, esse aumento se deu na maioria dos principais alimentos componentes da cesta, os alimentos de primeira necessidade, os alimentos que sofreram a maior variação foram: carne, açúcar e tomate. No mês de outubro de 2005, ainda de acordo com o DIEESE, a cesta básica comprometeu 53,67% do salário mínimo, ultrapassando mais que o dobro a porcentagem recomendada pelo IBGE, que é de 20%, para que as demais despesas do orçamento familiar não deixem de ser contempladas. Em São Paulo foi registrada a venda da cesta mais cara, R\$ 174,77, e em Salvador ocorreu o oposto, foi registrada a cesta mais barata, R\$ 124,39. (GONÇALVES, 2006).

Para definir os alimentos da cesta básica e suas quantidades, foram realizados censos e pesquisas das necessidades, bem como o salário pago pelas empresas em diversas localidades, a fim de entender a média salarial mínima que deve ser paga para o sustento e bem-estar dos trabalhadores. Dessa forma, foi definida a Cesta Básica Nacional, cesta essa, que deve ser capaz de atender a todas as necessidades nutricionais de uma família com quatro pessoas. (GONÇALVES, 2006).

O valor da Cesta Básica Nacional, que é determinado a partir de levantamento mensal dos preços dos produtos que, segundo o Decreto Lei nº 399 de 30 de abril de 1938, fazem parte da cesta, é calculado pelo DIEESE, e oferece informações referentes a condições mínimas de sustento e bem estar de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro, cálcio e fósforo. O cálculo é feito com base nos bens e quantidades necessários em cada região. (DIEESE, 2016).

O cálculo do Índice de Preços do Consumidor (IPC), de Alagoas, é realizado pela Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPLAG. Esse cálculo é divulgado mensalmente pelo portal Alagoas em Dados. A partir da divulgação desses dados é possível analisar a relação da inflação com o poder de compra dos consumidores. Santana do Ipanema, particularmente, não possui um IPC, para calcular a inflação local. (SILVA, 2015).

Para Gonçalves (2006), as famílias, tendem a administrar seus recursos, ou realocá-los, a fim de melhorar sua qualidade de vida, alcançar seus objetivos e metas, e atender suas necessidades básicas, sejam esses recursos internos ou não. Para isso, são feitas alterações no

sistema administrativo familiar, de modo a poder atender as necessidades individuais, e perspectiva de consumo, assim, é necessária uma adequação aos recursos disponíveis, o que reflete diretamente no padrão de vida da família. Para alcançar o objetivo coletivo, é necessária ainda a reorganização financeira individual dos membros da família.

Apesar de regulamentada, a cesta básica garante segurança alimentar, mas não nutricional, como afirma Lavinias (1998), o foco central das pesquisas de acompanhamentos dos preços, na maioria das vezes, não é evidenciado. As pesquisas de acompanhamento dos preços, e da relação da cesta com o salário mínimo e sobre a renda familiar é utilizada para estimar as variações no grau de acessibilidade da população, não permitindo analisar precisamente o grau de acessibilidade nutricional, a cesta possui uma lista diversificada, mas não ideal nutricionalmente, além de não atender requisitos de hábitos regionais de alimentação, pois, é montada com base num padrão de cesta nacional.

3 CESTA BÁSICA E PODER DE COMPRA

Esta seção busca discorrer a cerca dos temas: Salário Mínimo Vigente e Salário Mínimo Necessário, a fim de apresentar os dois, a diferença entre eles e a forma como são calculados. Faz, também, uma rápida análise do poder de compra do salário mínimo, partindo da premissa de que o salário mínimo vigente não é suficiente para suprir todas as necessidades as quais determina a constituição.

3.1 Salário Mínimo

O salário mínimo foi instituído no Brasil em 1930, com o objetivo de garantir ao homem trabalhador, acesso a toda infraestrutura básica necessária, a partir da geração de renda para a população. (BASTOS, 2010)

O salário mínimo desde sua origem foi pensado como uma forma de garantir maior segurança aos trabalhadores de classes mais baixas, como afirma Berrios (2014), o salário mínimo surgiu de pensamentos voltados para as classes operárias, em momentos de crises políticas e pressões econômicas, onde os trabalhadores eram os maiores afetados, assim, o salário mínimo se constitui como uma forma de proteção para essa classe historicamente desvalorizada no Brasil, assim como em diversas outras sociedades.

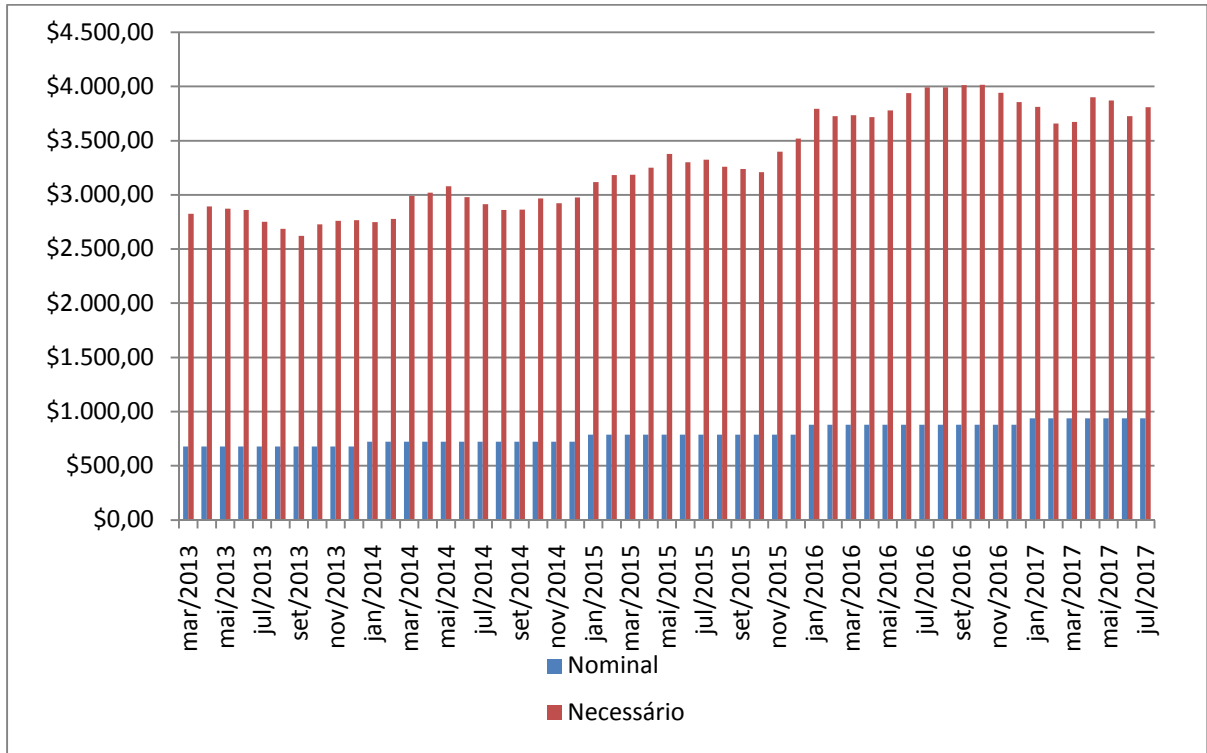
A melhoria da renda das pessoas naturalmente era um efeito multiplicador positivo, pois com o aumento do consumo individual a economia circula com mais eficiência, isso apenas, com o fato de que as necessidades básicas passarão a ser atendidas, como alimentação, educação, saúde e lazer. (BASTOS, 2010)

Com o objetivo de conhecer as peculiaridades regionais, o Decreto-lei estabeleceu e criou Comissões responsáveis por realizar inquérito censitário sobre o Salário Mínimo, com finalidade de conhecer as necessidades de cada região, zona ou subzona do país, identificando quais os elementos necessários em cada localidade, para definir as rendas necessárias em cada local, para isso também foram coletados os dados sobre os salários que eram pagos aos trabalhadores. Por fim, entre o menor e o maior salário do país foi verificada uma variação de 267%. BASTOS (2010)

A cesta básica nacional, composta por treze itens básicos de alimentação, foi instituída pelo decreto lei nº399 de 30 de abril de 1938 para servir como parâmetro na definição do salário mínimo devido ao trabalhador brasileiro. Em 1959 o DIEESE (departamento intersindical de estatística e estudos socioeconômicos) passou a realizar a

pesquisa da cesta básica nacional, apresentando mensalmente os resultados obtidos. (SOUZA, 2016).

GRÁFICO 1 - SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL E SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO



Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico 1, apresenta a relação entre o salário mínimo nominal (vigente) e o salário mínimo necessário, durante todo o período estudado. Em todo o período, o salário mínimo nominal não se aproxima do salário mínimo necessário, correspondendo de 22% a 26% do seu valor.

A variação entre o valor que o salário mínimo correspondia no salário necessário entre o início e final do período analisado é pouco significativa. Em março de 2013, o salário mínimo era de R\$ 678,00, equivalendo a 24% do salário mínimo necessário que era de R\$ 2824,72, em junho de 2017, mesmo com um aumento do valor nominal de R\$ 259,00, onde o salário mínimo passou a ser de R\$ 937,00, não houve uma melhora significativa entre os dois períodos, o salário mínimo correspondia então a 24,6% do salário mínimo necessário, uma melhora de apenas 0,6%.

Salário Mínimo nominal ou salário mínimo vigente, é o salário definido em lei, pago ao trabalhador formal por um mês de trabalho. O salário mínimo, tem como objetivo, garantir

ao trabalhador o poder de atender suas necessidades básicas de sobrevivência, tais como: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. O reajuste do salário mínimo, também definido por lei, é realizado uma vez por ano, com objetivo de evitar que o trabalhador sofra diminuição no seu poder de compra. Segundo as leis N° 12.382 de 2011 e N° 13.152 de 2015, o salário mínimo deve ser reajustado com base no percentual equivalente a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto - PIB, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, e com base na taxa de inflação. Para o cálculo, deve ser tomado como base a variação do PIB do ano retrasado, contado até o último dia útil do ano em questão, e a taxa de inflação do ano anterior. Por exemplo: para o cálculo do reajuste para o ano de 2018, deve ser tomada como base a variação do PIB de 2016 e a inflação do ano de 2017.

Para o DIEESE, o cálculo que define e reajusta o salário mínimo está incorreto, assim, utiliza uma metodologia própria para calcular o salário mínimo necessário.

As necessidades básicas de sobrevivência do trabalhador, tais como: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, devem ser atendidas pelo salário mínimo nacional, e este deve sofrer reajustes periódicos, evitando a perda de poder aquisitivo do trabalhador. Segundo a constituição de 1988, o Salário Mínimo Nacional, é aquele fixado em lei, capaz de atender a essas necessidades. Assim, o DIEESE toma como base para o cálculo do salário mínimo necessário, a afirmação constitucional de que o salário mínimo deve atender as necessidades básicas do trabalhador e sua família. A família considerada para o cálculo é composta por dois adultos e duas crianças, consideradas como três adultos, pois parte do pressuposto que duas crianças consomem por um adulto. Dessa forma, utiliza-se o custo da maior cesta nacional e o multiplica por 3, assim, encontrando o custo para alimentação familiar. Em pesquisa realizada pelo DIEESE no município de São Paulo em 94/95, Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), foi obtido o resultado que a alimentação básica, para as famílias compostas por dois adultos e duas crianças e recebem um salário mínimo, custa 35,71% do seu orçamento, dessa forma, a outra parte do orçamento deveria ser suficiente para suprir as demais necessidades. Assim, com base nesses dados, o Salário mínimo necessário é calculado como estimativa do que deveria ser o salário mínimo vigente, pois de acordo com a constituição, esse deve ser capaz de atender as necessidades básicas do trabalhador e sua família. Essa informação é utilizada pelos sindicatos dos trabalhadores para reivindicar melhores salários, denunciando o

descumprimento do preceito constitucional de que a menor remuneração legal do país deve atender as necessidades básicas do trabalhador e sua família. (DIEESE, 2016).

Desta forma, pode-se resumir o cálculo do Salário Mínimo Necessário da seguinte maneira:

$$\begin{aligned} \text{C.F.A.} &= 3 \times \text{C. C.} \\ \text{C.F.A.} &= 0,3571 \\ X & \quad 1,00 \\ 0,3571 \times X &= \text{C.F.A.} \\ X &= \frac{\text{C.F.A.}}{0,3571} \end{aligned}$$

Fonte: DIEESE

Onde:

C.F.A. = Custo Familiar de Alimentação e

C.C. = Custo da Cesta Básica de maior valor

X = Salário Mínimo Necessário

4 LEI DO PREÇO ÚNICO

Segundo a lei do preço único, um bem, em determinada região, deve ter o mesmo valor que esse mesmo bem, em outra região, com variação ocasionada apenas pelas tarifas e custos de transporte que pode ocorrer para que um produto chegue de um determinado local a outro. Como explica Bertussi (2012, p. 249), "a Lei do Preço Único advoga que bens idênticos vendidos em diferentes esquinas do globo possuem o mesmo preço quando convertidos a um denominador comum."

Não havendo barreiras de comércio, a lei do preço único afirma que um bem ou produto, terá o mesmo preço em diferentes regiões, garantido pelos agentes que o comercializam, quando expresso na mesma moeda, modificado apenas pelos seus custos de transporte. (OLIVEIRA, 2009).

O preço de determinado bem ou produto, só apresentará diferença de preço de região para região, ocasionada pelos seus custos de transação e transporte. Do contrário, caso um produto esteja mais barato em determinada região, mesmo com custo de transporte, a demanda nesse local vai aumentar, de modo que a dos outros locais irá diminuir, o que ocasionará um novo equilíbrio dos preços. (BERTUSSI, 2012).

A lei do preço único, na sua forma algébrica, pode ser expressa como segue:

$$P_{it} = \phi P^*_{it}$$

Onde P_{it} é o preço do bem i no instante t , praticado no mercado "A", P^*_{it} é o preço no mercado "B", ϕ representa o coeficiente que mede a transmissão do preço entre as duas regiões.

5 METODOLOGIA

Para elaboração desse Trabalho de Conclusão de Curso, foi realizada uma revisão literária que buscou apresentar artigos e trabalhos a cerca dos temas: inflação, cesta básica, poder de compra, lei do preço único, salário mínimo e salário mínimo necessário, com o intuito de entender a relação da cesta básica com o salário mínimo vigente e como esse afeta o poder aquisitivo do trabalhador que recebe um salário mínimo.

A análise a seguir, foi elaborada a partir de dados da cesta básica de Santana do Ipanema, coletados pelo Projeto de Pesquisa da UFAL², do período de Março de 2013 à Junho de 2017, a metodologia utilizada para coleta desses dados, é a mesma empregada pelo Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos – DIEESE, que, por sua vez, utiliza a Estrutura de Despesa do Salário Mínimo para famílias que recebem até três salários mínimos, e a Composição da Cesta Básica Mínima do Trabalhador, que tem por base uma cesta de 12 ou 13 alimentos a depender da região pesquisada, conforme definida pelo Decreto-Lei nº 399 de 1938.

O DIEESE realiza hoje nas 27 capitais do Brasil a Pesquisa de Acompanhamento da Cesta Básica de Alimentos (Ração Essencial Mínima), todos os meses é feito a coleta dos dados e medida a evolução de preços de treze produtos de alimentação, ao mesmo tempo em que é verificado quanto o trabalhador gastaria mensalmente para adquirir esses itens. Com base no cálculo do custo mensal com alimentação, fornecido pela pesquisa de acompanhamento da cesta, é divulgado, também mensalmente, o salário mínimo necessário. A pesquisa de acompanhamento dos preços da Cesta Básica fornece ainda outro dado relevante, que são as horas de trabalho necessárias, ao trabalhador que recebe um salário mínimo, para adquirir esses bens. (DIEESE, 2016).

Atualmente a pesquisa da cesta é dividida por quatro regiões, a partir do cruzamento dos dados das quatro regiões é definida a Cesta Básica Nacional. Foram considerados os gastos médios mensais das famílias de um a três salários mínimos e os locais onde estas adquiriam os produtos da Cesta Básica, para todas as capitais. Por meio deste levantamento, foi possível obter os locais de compra dos produtos que a compõe nas 27 capitais do Brasil. Foram definidos ainda para coleta dos dados, locais, marcas e datas para que se fosse estabelecido um padrão. (DIEESE, 2016).

O trabalho trás uma análise detalhada da cesta básica de Santana do Ipanema, nos últimos cinco anos, utiliza esses dados para realizar um cruzamento entre o valor da cesta e o

² Acompanhamento do Custo da Cesta Básica no Município de Santana do Ipanema/AL - UFAL.

salário mínimo e sua variação no últimos anos, trazendo informações como: Comprometimento do Salário Mínimo, Jornada de Trabalho Necessária para aquisição da Cesta e Correspondência do Salário Mínimo Nominal em relação ao Salário Mínimo Necessário.

Foram utilizados ainda, dados referentes ao Salário Mínimo Nominal e Salário Mínimo Necessário, referentes ao período em questão.

Mensalmente, após a coleta dos preços, são calculados os preços médios dos produtos por tipo de estabelecimento. O preço médio de cada produto, multiplicado pelas quantidades definidas no Decreto Lei nº 399, indica o gasto mensal do trabalhador com cada produto, cuja soma é o custo mensal da Cesta Básica. Obtido o valor da cesta, é feito o cálculo das horas que o trabalhador que ganha salário mínimo precisa trabalhar para comprar a Cesta Básica de Alimentos. Para isso, divide-se o salário mínimo vigente pela jornada de trabalho adotada na Constituição (220hs/mês, desde outubro de 1988).

Aplica-se então, a seguinte fórmula:

$$\text{Salário Mínimo} = \frac{\text{Custo da Cesta}}{220} \times X$$

$$X = \frac{\text{Custo da Cesta} \times 220}{\text{Salário Mínimo}}$$

Fonte: DIEESE

Assim, "X" representa o número de horas de trabalho necessárias, ao trabalhador comum formal que recebe um salário mínimo, para aquisição da cesta.

Além dos dados da cesta básica de Santana do Ipanema, foram utilizados os dados da Cesta Básica de Maceió, abrangendo o mesmo período, com intuito de realizar uma análise comparativa entre as duas cestas, e testar a Lei do Preço Único. Os dados referentes a cesta básica de Maceió foram coletados no site Alagoas em Dados e Informações³.

Desta forma, é possível verificar mensalmente a variação do poder de compra do trabalhador assalariado, acompanhar a evolução do custo da cesta básica e comparar com o salário mínimo. É possível comparar as variações entre diferentes regiões do país, pois atualmente o cálculo é realizado em várias capitais, tornando possível verificar onde a ração mínima necessária custa mais caro, portanto, onde se necessita mais horas de trabalho para adquirir a mesma cesta de produtos⁴.

³ Índice de Preço ao Consumidor de Maceió - IPC - Anual

⁴ Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos Janeiro de 2016 - DIEESE.

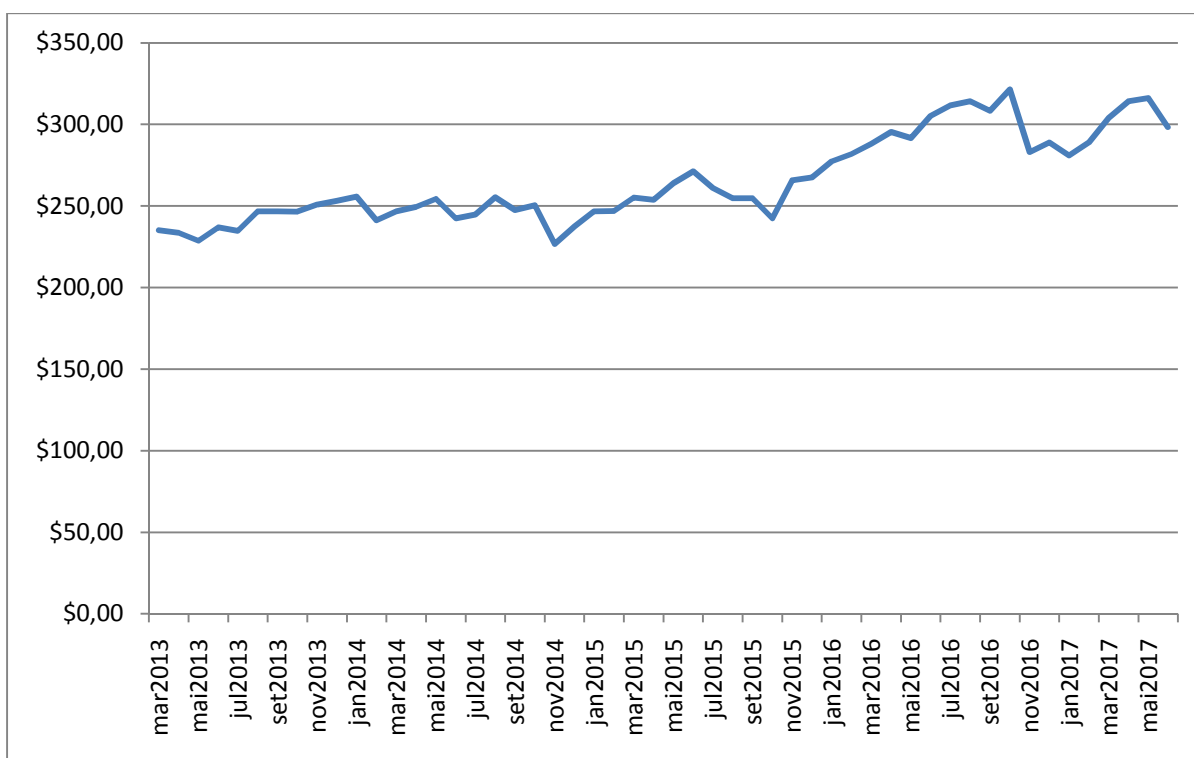
A partir da coleta dos dados da Cesta Básica de Santana do Ipanema e Maceió, Salário Mínimo Nominal e Salário Mínimo Necessário, foram elaborados gráficos e tabelas, com o cruzamento e apresentação desses dados, a fim de facilitar a compreensão do tema em questão.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das pesquisas e coleta dos dados, foi possível realizar uma análise detalhada a cerca do tema estudado, nesta seção, serão apresentados os gráficos e análises dos dados colhidos, referentes ao período de março de 2013 a junho de 2017, com base na cesta básica de Santana do Ipanema, cesta básica de Maceió, Salário Mínimo Vigente e Salário Mínimo Necessário.

6.1 Análise da Cesta Básica de Santana do Ipanema - AL.

GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO DO PREÇO DA CESTA BÁSICA EM SANTANA DO IPANEMA NO PERÍODO DE 2013 A 2017.

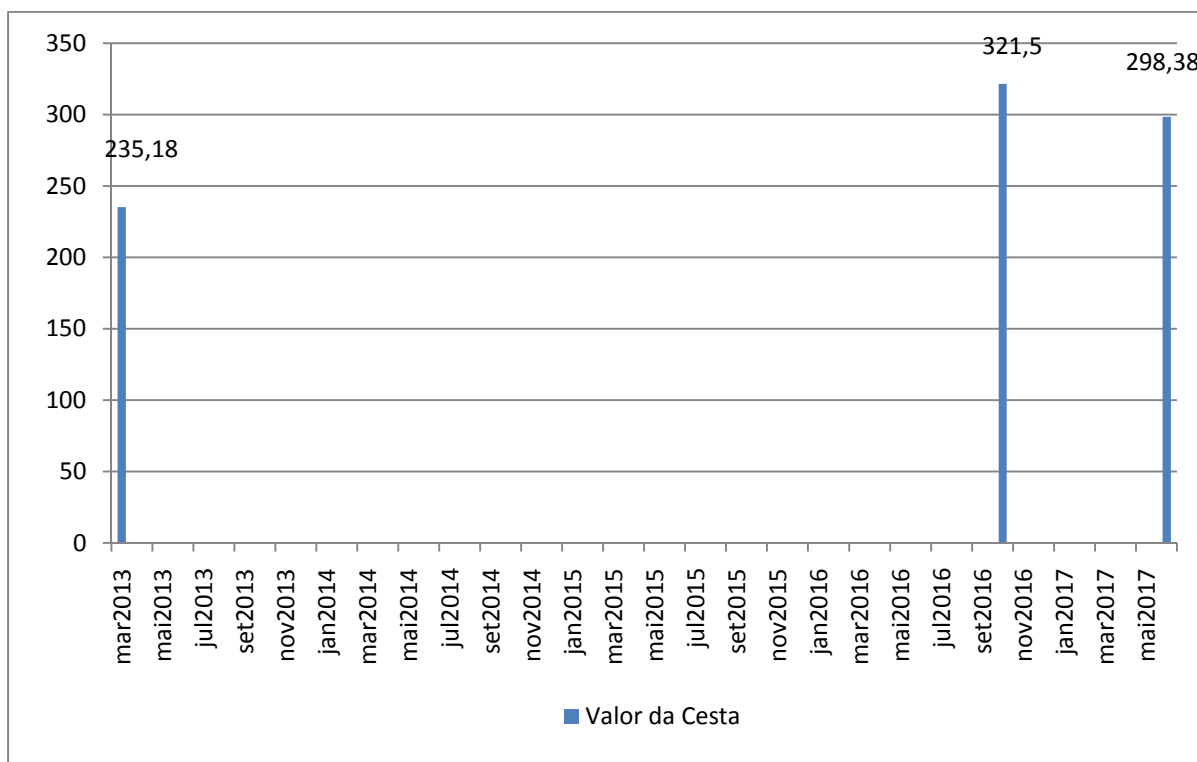


Fonte: Elaborado pelo autor.

No Gráfico 2, é possível analisar a variação do preço da cesta básica de Santana do Ipanema durante todo o período pesquisado, março de 2013 a junho de 2017. É possível verificar uma mudança significativa apenas comparando o início ao final do período estudado, onde, no início do período verifica-se uma cesta com valor ligeiramente inferior a R\$ 250 reais, enquanto ao fim do período estudado nota-se uma cesta com valor de aproximadamente R\$ 300,00. Em março de 2013, o valor da cesta básica registrado em Santana do Ipanema era de R\$ 235,18 (duzentos e trinta e cinco reais e dezoito centavos), em junho de 2017 o valor

registrado foi de R\$ 298,38 (duzentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos), registrando um aumento de R\$ 63,20 (sessenta e três reais e vinte centavos), ou, 26,9% de um período para o outro. Em março de 2013, o salário mínimo vigente era de R\$ 678,00 reais, naquele mês, o comprometimento do salário para adquirir a cesta básica era de 34,7%, em junho de 2017 o salário mínimo vigente era de R\$ 937,00 reais, nesse mês o comprometimento do salário para adquirir a cesta foi de 31,8%, dessa forma é possível verificar uma leve melhora em relação ao comprometimento do salário, que diminuiu 2,9%. Pode-se ainda verificar um pico em outubro de 2016, onde a cesta chegou a registrar o valor de R\$ 321,50 (trezentos e vinte e um reais e cinquenta centavos), nesse período o valor do salário mínimo era de R\$ 880,00 reais, registrando assim um comprometimento no salário mínimo de 36,5%. Apesar do pico no valor da cesta, esse mês não registrou o maior comprometimento do salário mínimo para adquirir a cesta, isso se deu no mês de dezembro de 2013, onde o comprometimento do salário foi de 37,36%, uma cesta de R\$ 253,28, para um salário de R\$ 678,00.

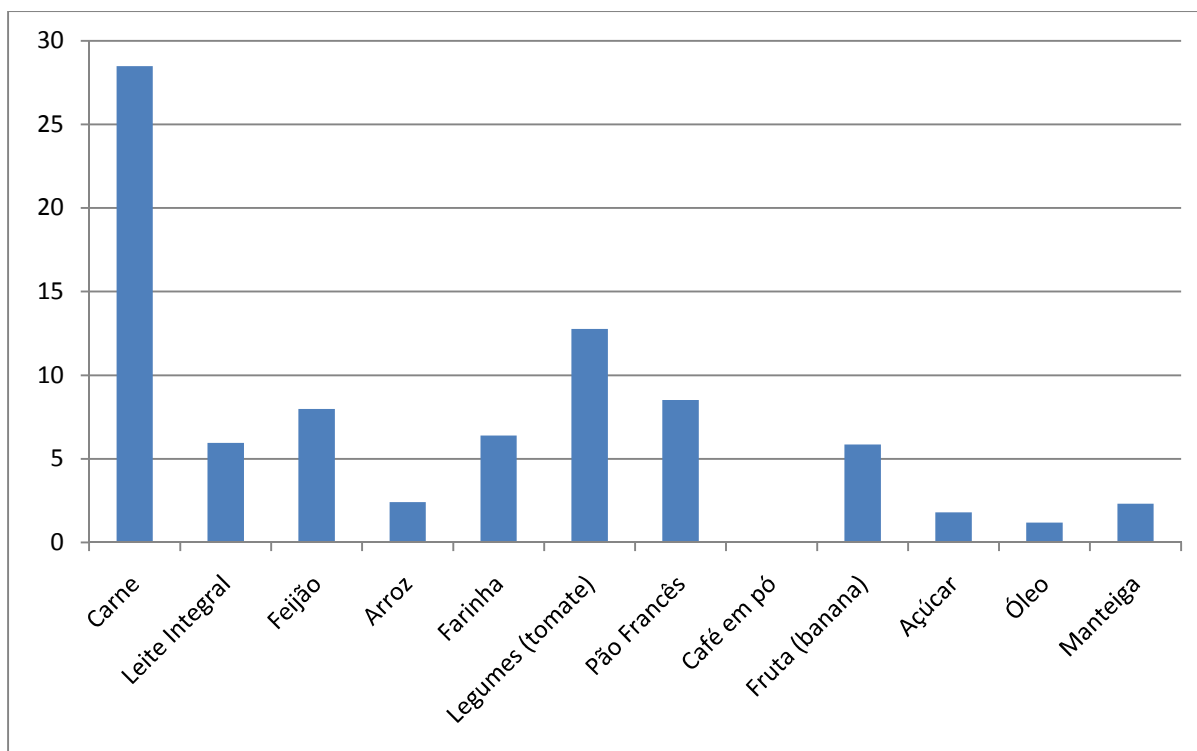
GRÁFICO 3 - PRINCIPAIS VARIAÇÕES DA CESTA DE SANTANA DO IPANEMA NO PERÍODO ESTUDADO



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 3 apresenta de forma isolada os valores registrados em março de 2013 e junho de 2017, além do pico, registrado em outubro de 2016.

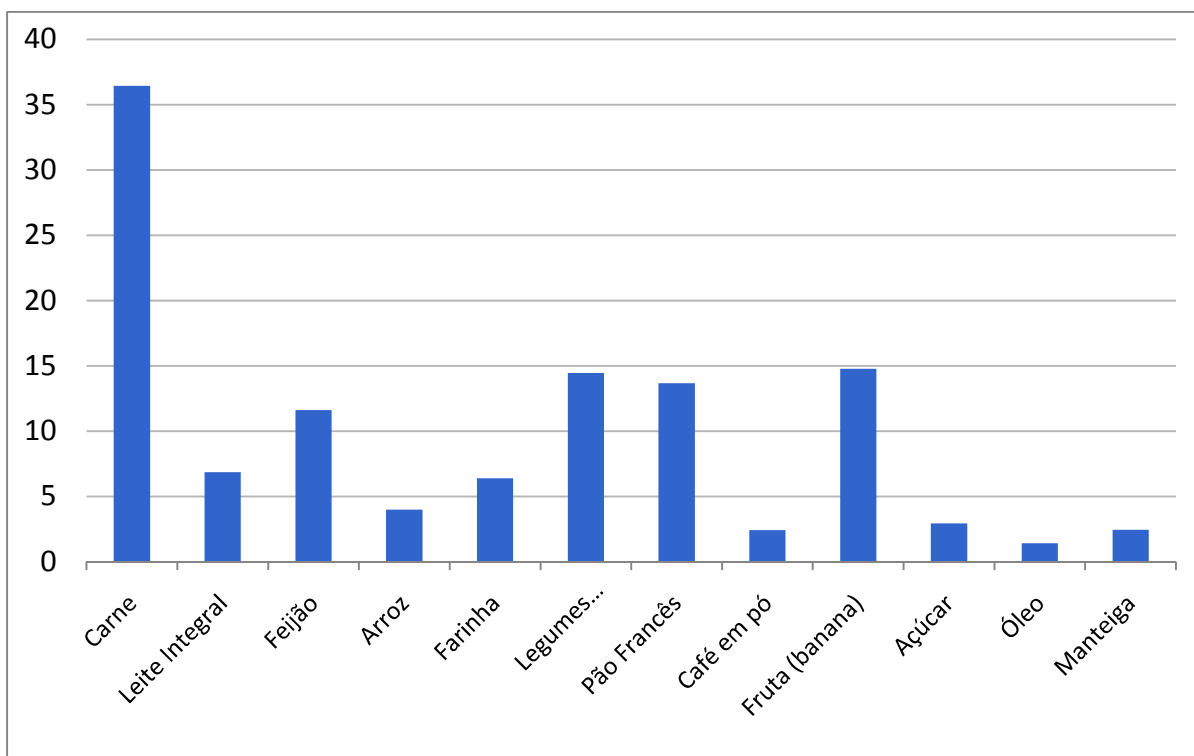
GRÁFICO 4 - PESO DOS PRODUTOS NA CESTA EM MARÇO DE 2013



Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico 4, apresenta o peso de todos os itens que compõem a cesta básica de Santana do Ipanema, no início do período estudado. A carne é, com distância, o item de maior peso na cesta, pouco menos de 30%, enquanto o segundo item de maior peso é o tomate (legumes), com apenas 13%, aproximadamente, seguida de: pão francês e do feijão, em quinto lugar, a farinha, esses são os cinco alimentos de maior peso no bolso do trabalhador na hora de adquirir sua cesta básica de alimentos. Leite integral e banana (fruta), ficam na marca um pouco acima de 5%, enquanto os demais: arroz, café, açúcar, óleo e manteiga, representam menos de 5% do valor da cesta, cada um. Vale ressaltar que o café em pó, não representa nenhum valor na cesta básica de 2013 e 2014. Apenas em dezembro de 2014, o café foi incorporado ao cálculo da cesta básica.

GRÁFICO 5 - PESO DOS PRODUTOS NA CESTA EM JUNHO DE 2017



Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico 5, apresenta o peso de todos os itens que compõem a cesta básica de Santana do Ipanema, ao fim do período estudado. Mais uma vez, a carne é o item de maior peso na cesta, agora, representa pouco mais de 35%, o segundo item de maior peso passou a ser a banana (fruta), com aproximadamente 15%, em seguida legumes (tomate) e o pão francês, em quinto lugar, o feijão, que apesar de sofrer variações constantes nas entressafas, continua entre os cinco alimentos de maior peso no bolso do trabalhador que adquire a cesta básica de alimentos. Dessa forma, leite integral e farinha, ficam na marca um pouco acima de 5%, enquanto os demais: arroz, café, açúcar, óleo e manteiga, continuam representando menos de 5% do valor da cesta, cada um.

A Cesta Básica Nacional, é composta por 12 itens, durante um período de 52 meses (intervalo que abrange o período estudado), esses itens sofreram variações de preço mês a mês, registrando, em alguns momentos, cestas de valor mais baixo, assim como, cestas de valores mais altos. É necessário uma apresentação desses dados, para melhor compreensão do objeto de estudo. A Tabela 2 trás uma análise descritiva dos dados, com valor médio, mínimo e máximo, entre outros. Trazendo uma primeira apresentação dos dados e fazendo uma análise detalhada desses, item a item.

TABELA 2 - ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS.

	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo	Contagem
Carne	88,56	87,83	8,670637517	69,75	103,10	52
Leite Integral	17,05	17,39	3,036825072	13,01	23,83	52
Feijão	24,22	22,66	7,874335446	12,06	47,90	52
Arroz	8,54	8,29	1,449498202	6,05	11,30	52
Farinha	12,69	13,13	2,965404149	8,25	18,00	52
Legumes						
(Tomate)	39,03	38,77	6,541650257	27,47	52,90	52
Pão Francês	33,34	36,78	6,21713839	23,88	40,32	52
Café em pó	4,93	4,61	0,823723518	3,94	6,27	52
Fruta						
(Banana)	24,49	25,46	5,914046332	14,17	37,54	52
Açúcar	6,09	5,29	1,576369317	4,03	9,27	52
Óleo	3,43	3,40	0,387566873	2,62	4,44	52
Manteiga	5,30	5,26	0,625242625	2,89	6,65	52
TOTAL	265,73	254,92	26,66388352	226,60	321,50	52

Fonte: Elaborado pelo autor.

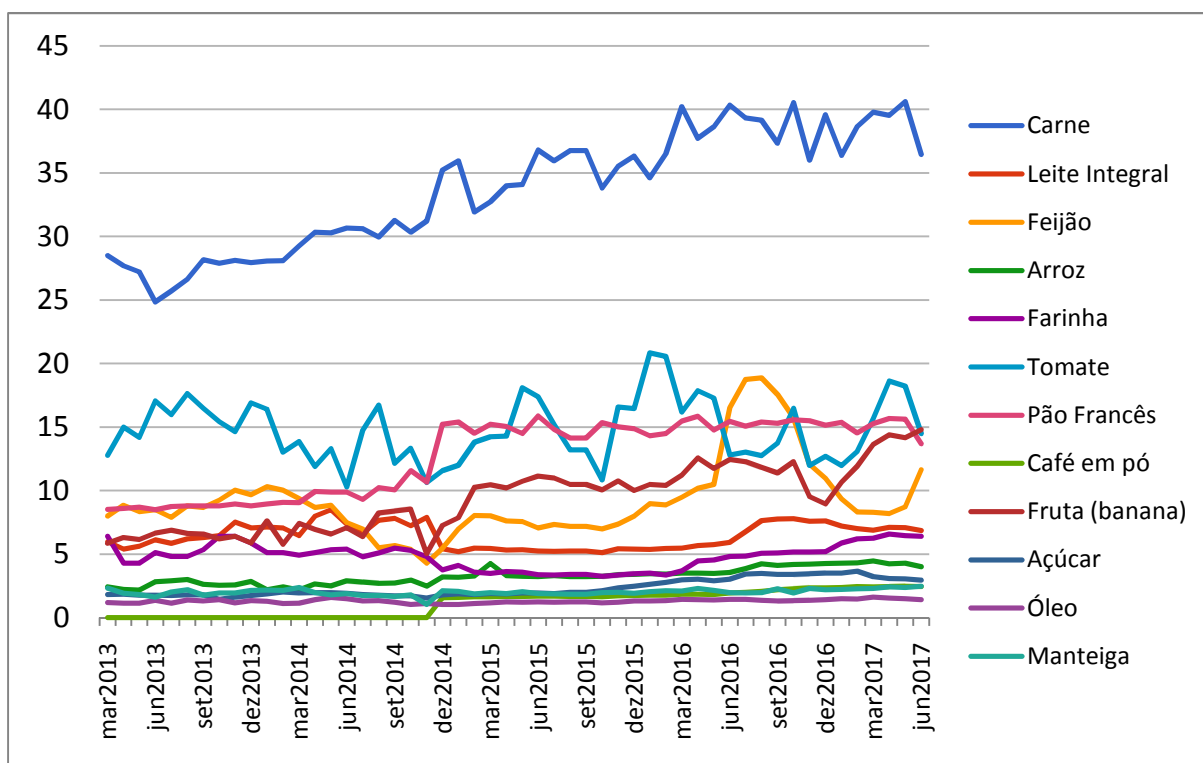
Os produtos que compõem a cesta básica sofrem constante variação de preço, com isso, seu peso no valor total da cesta também sofre variação. O preço de cada produto e seu peso na composição total da cesta, são fatores determinantes para o consumidor controlar seus gastos, perceber se houve variação positiva ou negativa no seu poder de compra e definir quais itens comprar. Como afirma Santos (2015), é de suma importância para a população, entender como sua renda foi impactada pela variação dos preços, pois são fatores determinantes para mensurar seu custo de vida, a evolução da inflação e se seu poder de compra sofreu impacto positivo ou negativo. Além de oferecer ao consumidor a possibilidade de ter mais controle sobre os gastos e definir melhor a composição de sua cesta.

Cada vez mais, a análise aos padrões de consumo e a pesquisa de preços vem se tornando comum, pois o planejamento orçamentário auxilia na redução dos impactos negativos sobre a renda.

O acompanhamento da variação dos preços permite o planejamento por parte dos consumidores, podendo assim, adotar estratégias que diminuam o impacto dessas variações sobre sua renda. A análise dessas variações e dos padrões de consumo, bem como suas implicações sobre a renda, são objetos de estudo cada vez mais comuns dentre muitos teóricos. SANTOS (2015).

GRÁFICO 6 - VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PESO DOS PRODUTOS DE 2013

A 2017



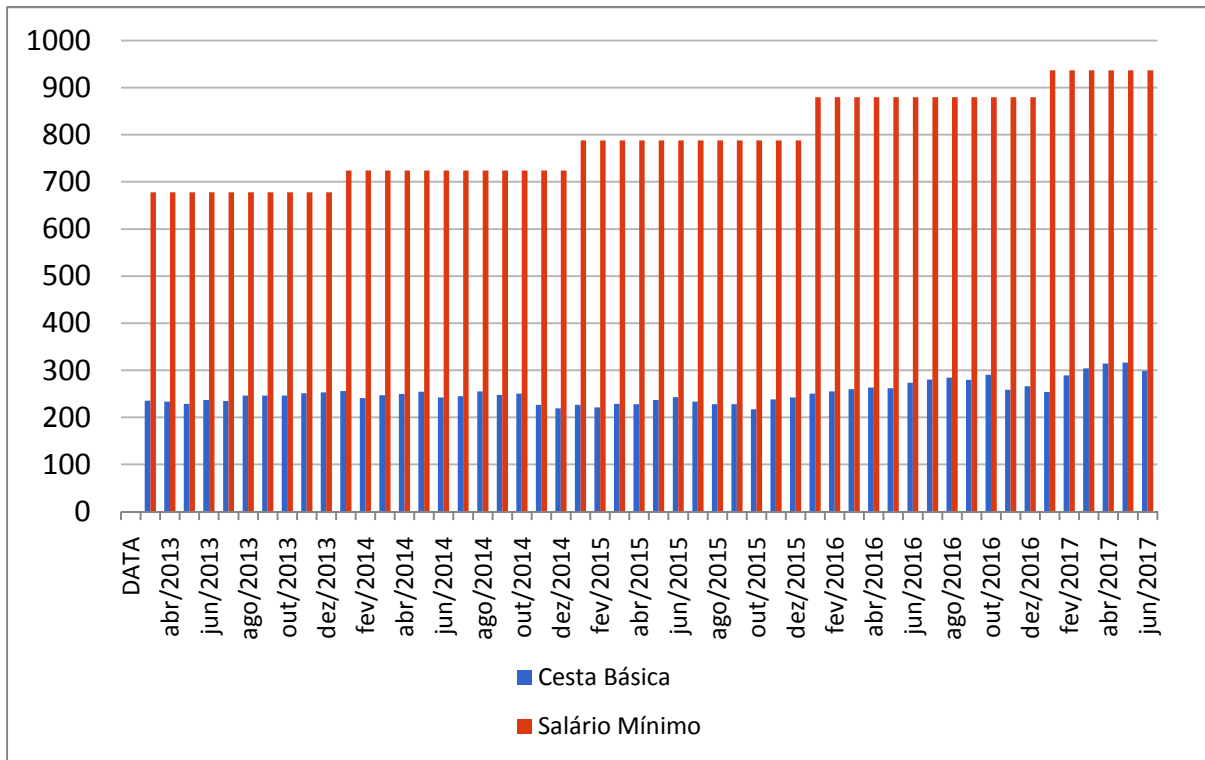
Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 6, trás uma análise detalhada da variação dos pesos dos itens da cesta básica de Santana do Ipanema durante todo o período estudado. Com destaque para carne, que em todos os períodos foi o item de maior valor, os itens que compõem a cesta basicamente continuaram em suas posições no que diz respeito a peso na cesta, a principal exceção a esse caso foi a banana, que no início do período pesquisado ocupava a sexta colocação no peso da composição da cesta e passou a ser a segunda, com valor muito próximo ao do tomate e do pão francês.

De forma geral, todos os itens sofreram variações durante todo o período estudado, alguns com variações mais acintosas que outros, como é o caso do tomate, feijão e da carne, que a depender do período do ano, podem variar de preço com mais facilidade, mas, só entre o início e o final do período é possível notar as maiores variações. Alguns itens sofreram variações muito pouco significantes, como é o caso do óleo, manteiga, arroz e açúcar. É possível verificar que alguns itens, como o tomate, sofreram várias variações acintosas durante todo o período, mas ao comparar o início ao final do período estudado, o valor final do tomate permaneceu com pouca alteração.

6.2 Cesta Básica e Poder de Compra.

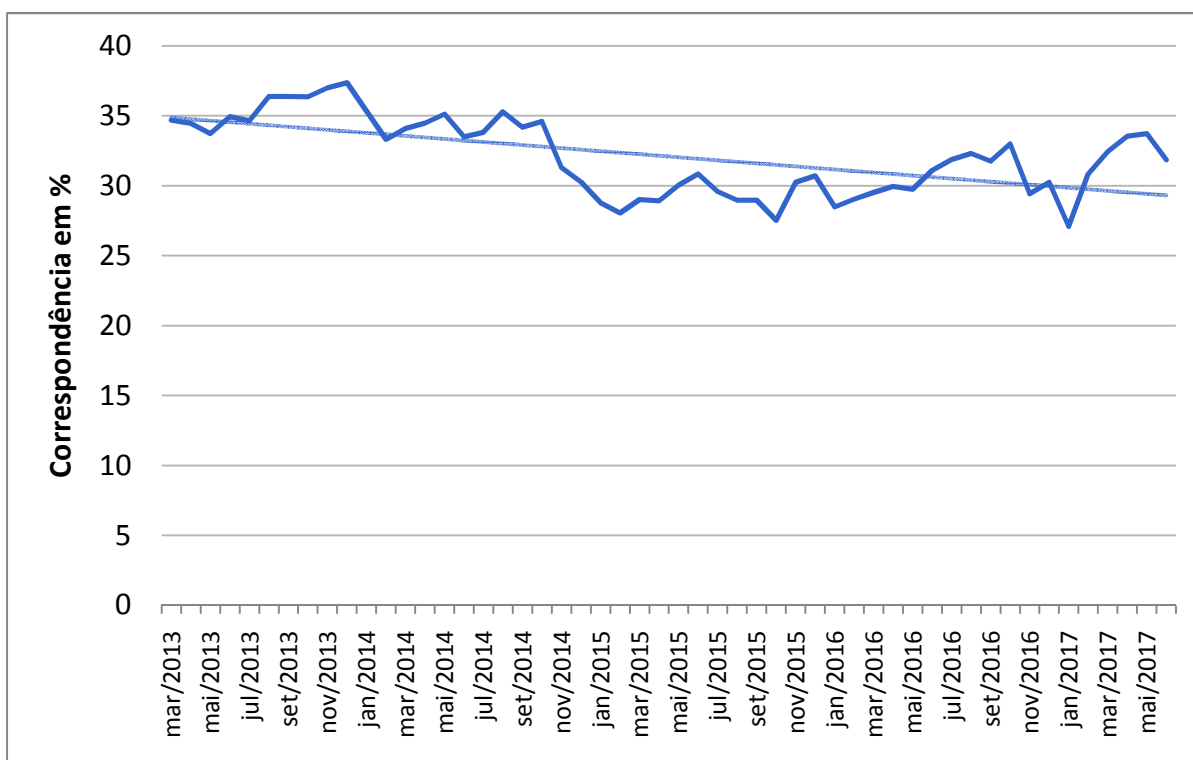
GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DA CESTA BÁSICA X SALÁRIO MÍNIMO



Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico 7, apresenta a evolução do valor da cesta básica em relação ao salário mínimo e seus reajustes. Com reajustes salariais anuais, ocorre uma variação mensal constante no poder de compra do trabalhador, ao longo de cada ano é possível notar uma variação para mais no valor da cesta básica, com algumas exceções, com isso, pode-se concluir que, ao longo do ano, o trabalhador sofre uma perda no poder de compra, que deve ser compensada no início do próximo ano, com o reajuste salarial.

GRÁFICO 8 - VARIAÇÃO DO PESO DA CESTA BÁSICA DE SANTANA DO IPANEMA NO SALÁRIO MÍNIMO



Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico 8, apresenta de forma clara o que ocorreu, durante o período estudado, com o valor que a cesta corresponde no salário mínimo, mesmo com variações constantes, a elevação do valor da cesta ao longo dos anos, foi menor que o reajuste salarial, fazendo com que o trabalhador, considerando apenas a cesta básica de alimentos e o salário mínimo, fosse beneficiado com um aumento no seu poder de compra.

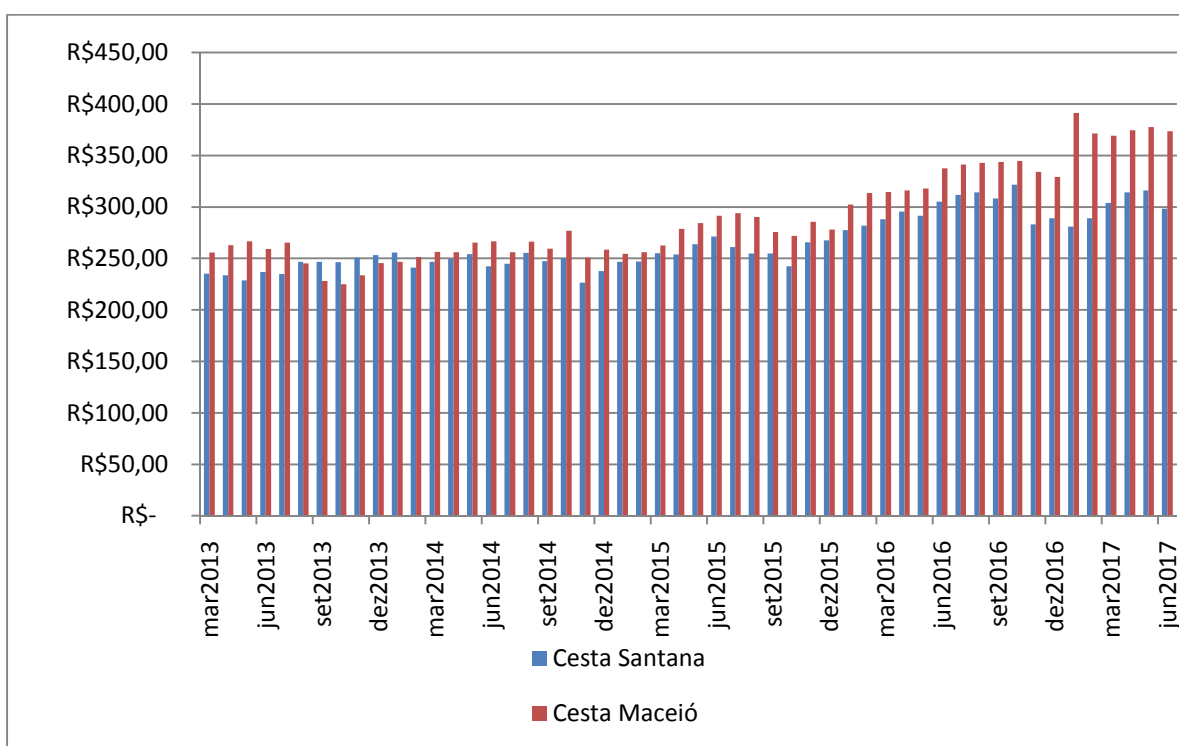
Tomando como base o início e final do período estudado, é possível verificar uma diminuição de aproximadamente 2% no valor que a cesta corresponde no salário mínimo. Em Março de 2013 a cesta básica custava R\$ 235,18 e representava 34,69% do salário mínimo, que era de R\$ 678,00, em junho de 2017 a cesta básica custava R\$ 298,38 e representava 31,84% do valor do salário mínimo que era de R\$ 937,00.

Janeiro de 2017 foi o mês em que a cesta básica teve menor peso sobre o salário mínimo, sendo de 29,09%, o valor da cesta foi ligeiramente menor que os demais meses nesse período, foi de R\$ 253,87, no mesmo mês em que houve reajuste salarial, fazendo com que a cesta básica tivesse um peso menor no salário mínimo. Já a cesta de maior peso, foi registrada em dezembro de 2013, correspondendo a 37,36% do salário mínimo, nesse mês, a cesta foi de

R\$ 253,58, ao tempo em que o salário era de R\$ 678,00, correspondendo essa, a cesta de maior peso, dentro do período estudado. No mês seguinte a cesta registrou valor maior, mas, visto que dezembro era o último mês antes do reajuste salarial, a cesta desse mês registrou um peso menor no salário mínimo.

6.3 Relação da Cesta Básica de Santana do Ipanema e Maceió.

GRÁFICO 9 - PREÇO DA CESTA BÁSICA DE SANTANA DO IPANEMA X MACEIÓ



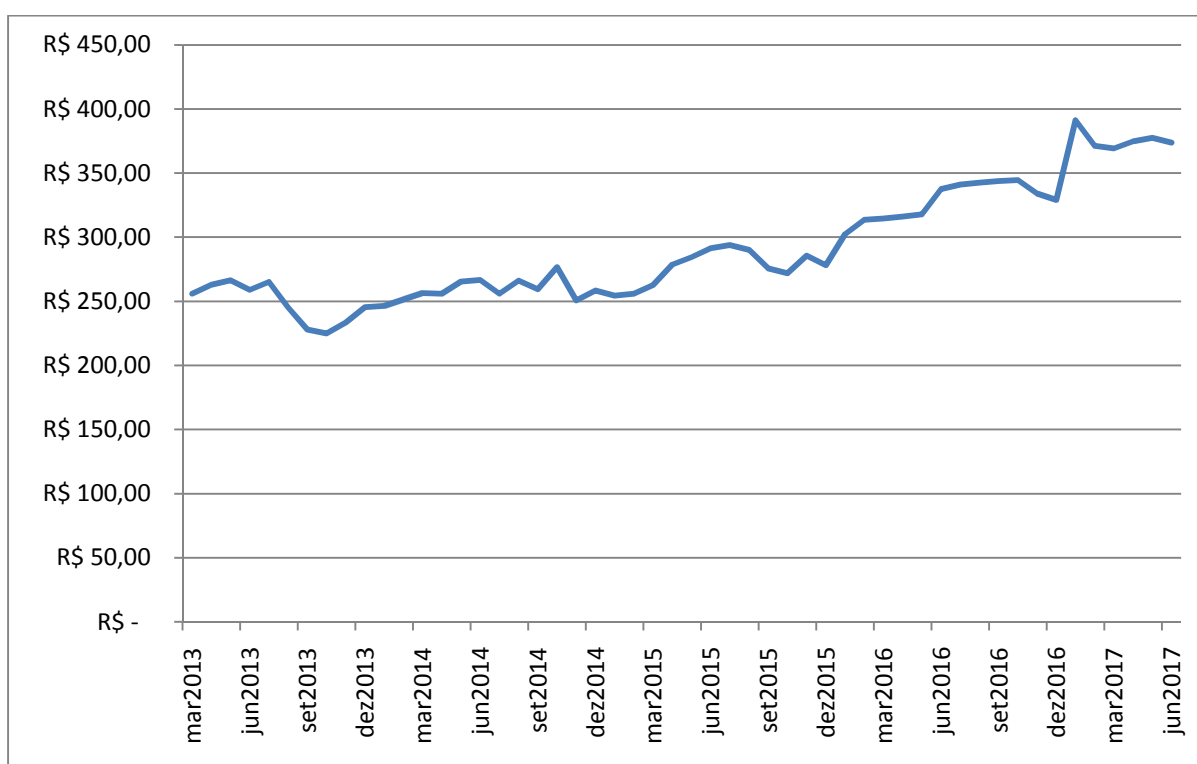
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da SEPLAG.

O gráfico 9, trás uma comparação entre o valor da Cesta Básica de Santana do Ipanema e a Cesta Básica de Maceió. A cesta de Maceió, prevalece como a de valor mais alto em quase todos os períodos, com exceção de 6 meses, de um total de 52 meses estudados, em que Santana registra uma cesta de valor mais alto.

No primeiro mês, a cesta de Santana registrou o valor de R\$ 235,18, enquanto a cesta de Maceió registrava o valor de R\$ 255,86. Uma diferença entre uma e outra de R\$ 20,68, ou 8,8% a mais para Maceió. Em agosto de 2003, iniciou-se um período de 6 meses, em que o valor da cesta de Santana do Ipanema ultrapassou o valor da cesta básica de Maceió, Santana tinha uma cesta de R\$ 246,64, enquanto a de Maceió custava 245,25, apenas R\$ 1,39 a mais para Santana do Ipanema, ou 0,6%, uma diferença que pode ser considerada pequena, mas que era pela primeira vez dentro do período estudado que se registrava um valor superior para

a cesta de Santana do Ipanema. A cesta de Santana continuou a registrar um valor mais alto que a de Maceió nos 5 meses seguintes, sendo a maior delas em outubro de 2013, onde Santana registrou R\$ 246,44, e Maceió registrou R\$ 224,99, diferença de R\$ 21,45, ou 9,5%. A partir de então, em todos os períodos estudados Maceió voltou a registrar uma cesta de valor superior ao de Santana. Em Janeiro de 2017, essa diferença foi ainda maior, R\$ 110,39, foi o valor que separou a cesta de Maceió e Santana do Ipanema, em Maceió a cesta custava R\$ 391,26, e em Santana R\$ 280,90, foi a única vez em que foi registrado uma diferença superior a R\$ 100,00, a diferença foi de 39,3%.

GRÁFICO 10 - VARIAÇÃO DO PREÇO DA CESTA BÁSICA EM MACEIÓ NO PERÍODO DE 2013 A 2017



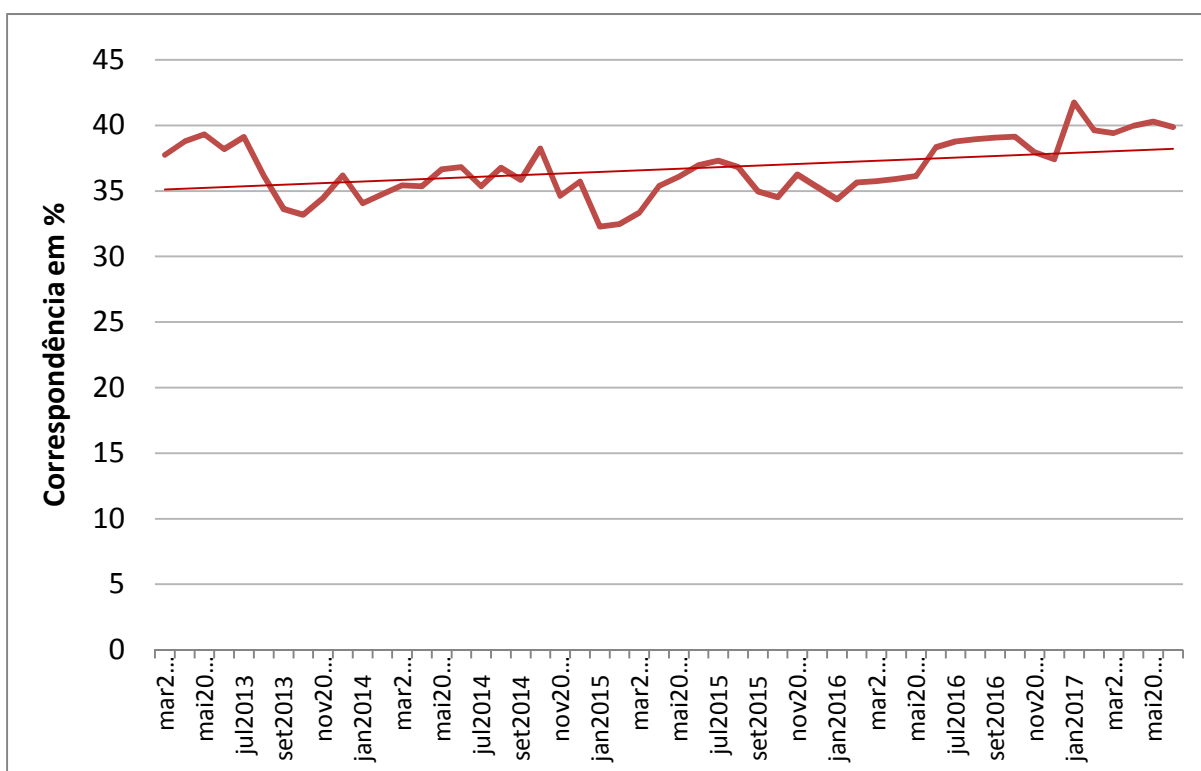
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da SEPLAG.

O valor da cesta básica de Maceió, assim como o salário e inflação, tende a aumentar com o passar do tempo, o gráfico 10, trás uma análise de toda a variação do preço da cesta de Maceió em todo o período estudado. Em março de 2013 a cesta básica de Maceió foi de R\$ 255,86, no final do período analisado, em junho de 2017, essa mesma cesta custava R\$ 373,67, um aumento de R\$ 117,81, ou 46%, num período de 4 anos a cesta básica de Maceió teve um aumento de aproximadamente 1/2 do seu valor, o que em março de 2013 era

suficiente para adquirir a cesta, passava então a ser equivalente a apenas 2/3 do valor total, aproximadamente.

O valor mais alto registrado na cesta básica de Maceió foi de R\$ 391,26, em Janeiro de 2017, o mais baixo, foi registrado em outubro de 2013, quando a cesta básica custava 224,99, uma variação, entre um período e outro, de R\$ 166,30, ou 73,9%, durante esse período a cesta de Maceió quase dobrou de preço. Uma variação maior do que a registrada entre o início e fim do período.

GRÁFICO 11 - VARIAÇÃO DO PESO DA CESTA BÁSICA DE MACEIÓ NO SALÁRIO MÍNIMO



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da SEPLAG.

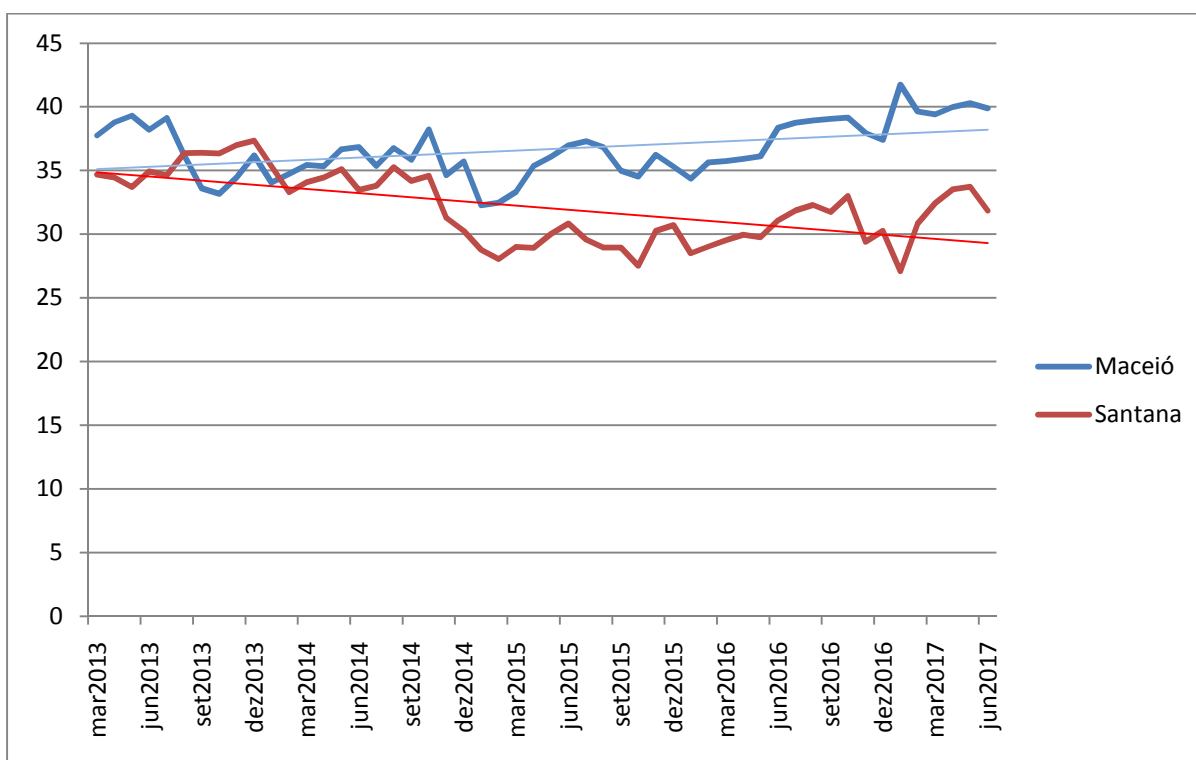
O gráfico 11, apresenta de forma clara o peso que a cesta básica de Maceió, tem sobre o salário mínimo, variações constantes são registradas, e mesmo com os reajustes salariais anuais o peso da cesta aumentou ao longo dos anos, com isso, considerando apenas a cesta básica e o salário mínimo, pode-se concluir que houve uma perda no poder de compra do consumidor, em Maceió.

Entre o início e final do período estudado, há um aumento de 2,14%, a cesta no período inicial comprometia 37,74% do salário de R\$ 678,00, enquanto a cesta registrada ao

final do período gerava um comprometimento de 39,88% do salário de R\$ 937,00. Mesmo com o aumento salarial de 38,2%, se comparado junho de 2017 a março de 2013, o peso da cesta básica no salário mínimo não deixou de aumentar.

O menor e maior peso da cesta básica de Maceió foi registrado em janeiro de 2015 e janeiro de 2017, respectivamente. Em janeiro de 2015 o comprometimento era de 32,28% e em janeiro de 2017 foi de 41,76%, 9,48% a mais, entre os dois períodos. Essa variação foi maior que a variação registrada entre o período inicial e final da pesquisa. Em janeiro de 2015 a cesta era de R\$ 254,34, para um salário, reajustado naquele mês, de R\$ 788,00, e em janeiro de 2017 a cesta era de R\$ 391,26, para um salário de R\$ 937,00, também, reajustado naquele mês.

GRÁFICO 12 - VARIAÇÃO DO PESO DA CESTA BÁSICA DE SANTANA DO IPANEMA X MACEIÓ NO SALÁRIO MÍNIMO



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da SEPLAG.

O gráfico 12, trás uma comparação entre o peso da cesta de Santana do Ipanema e Maceió, facilitando a análise da variação do peso dessas duas cestas e sua relação.

Pode-se perceber que no início do período estudado, as duas cestas tinham valor muito próximo, a de Maceió gerava um comprometimento no salário mínimo de 37,74%, enquanto a cesta de Santana do Ipanema gerava um comprometimento de 34,68%, uma

variação de 3,68%, entre uma e outra. Ao final do período, Maceió registrava um comprometimento do salário mínimo com a cesta básica de 39,88%, ao mesmo tempo em que Santana registrava um comprometimento de 31,84%, uma variação de 8,04%, entre as duas. O comprometimento do salário mínimo causado pela cesta básica de Maceió aumentou ao longo do período estudado, ao mesmo tempo em que o comprometimento do salário mínimo causado pela cesta básica de Santana do Ipanema, diminuiu. Essa relação inversa fez com que a diferenças entre os pesos aumentasse ao longo dos anos, tornando a cesta básica de Santana do Ipanema cada vez mais acessível em relação a cesta básica de Maceió.

6.4 Lei do Preço Único

Com base na Lei do Preço Único, os preços de um mesmo produto deve ser igual, em diferentes regiões, com diferença ocasionada apenas pelo seu custo de transporte e taxas. Caso um produto tenha um preço muito inferior em determinada região em relação a outra, a demanda desse produto nessa região irá crescer significativamente fazendo com que a oferta não possa suprir a demanda, o que causará um aumento no nível de preços, o inverso também é verdadeiro, onde o preço do produto estiver muito acima das demais localidades, haverá uma queda na demanda, gerando um excesso de oferta e com isso uma queda nos preços, ambas as suposições gerariam um novo equilíbrio, onde a relação: oferta X demanda ajustaria os preços do mercado.

A partir dessa afirmação, foi elaborada uma regressão com os dados da cesta básica de Santana do Ipanema e Maceió, a fim de testar a Lei do Preço Único. A Tabela 3 apresenta um resumo dos dados obtidos a partir da regressão.

TABELA 3 - ANÁLISE DA REGRESSÃO - LEI DO PREÇO ÚNICO - SANTANA DO IPANEMA X MACEIÓ.

	Variável X 1
Coefficientes	0,91
Erro padrão	0,01
Stat t	90,87
Valor-P	0,00
95% inferiores	0,89
95% superiores	0,93

R-Quadrado	0,99
Erro Padrão	21,13
Observações	52

Fonte: Elaborado pelo autor.

No período de Março de 2013 a Junho de 2017, foram 52 amostras para cada cidade, a regressão mostrou que 91% das variações do valor da cesta em Santana do Ipanema são ocasionadas diretamente pelas variações do valor da cesta de Maceió. Com um intervalo de confiança registrado entre 89% e 93% e um Erro Padrão de apenas 1%. Um R-Quadrado muito bem ajustado 0,99, mostra que as variações de preço de Santana do Ipanema estão intimamente ligadas as variações de preço em Maceió. Assim, é visto que a variação dos preços da cesta básica de Santana do Ipanema e Maceió estão de acordo com a Lei do Preço Único.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar a premissa de que a cesta básica de alimentos compromete uma parcela muito grande do salário mínimo, com isso, impedindo que o salário mínimo seja suficiente para contemplar as necessidades básicas do trabalhador e sua família, como: moradia, educação, transporte entre outras.

A pesquisa demonstra que a cesta básica compromete uma parcela do salário mínimo, maior do que a que seria essencial para que o trabalhador pudesse adquirir os demais itens de necessidade básica, além de comprometer a própria segurança alimentar, visto que os itens contidos na cesta nacional são itens indispensáveis para a alimentação básica, pois, com o alto valor da cesta, ou pelo valor do salário mínimo cerca de três a quatro vezes mais baixo que o considerado necessário para o DIEESE, o trabalhador acaba não podendo adquirir itens de mais qualidade, além de não poder escolher entre os produtos de sua preferência.

É possível verificar que a cesta básica de Santana tem um custo menor que a cesta básica de Maceió, e que gera um comprometimento menor no salário do trabalhador em Santana do Ipanema, ou seja, o trabalhador assalariado de Maceió precisa trabalhar mais horas para adquirir a mesma cesta de produtos. Essa diferença vem se tornando ainda maior com o tempo, a cesta básica de alimentos verificada em Maceió vem sofrendo reajustes mais acintosos que a cesta de Santana do Ipanema.

Ao longo dos anos compreendidos pela análise, o comprometimento do Salário Mínimo, para aquisição da cesta em Santana do Ipanema, vem diminuindo. Mesmo com os aumentos frequentes na cesta, esses não estiveram acima do reajuste salarial. Fazendo com que o trabalhador tenha uma melhora no seu poder de compra. O inverso pode ser verificado em Maceió, onde as variações do valor da cesta básica foram maiores que os reajustes salariais, implicando na diminuição do poder de compra do consumidor.

Não foi possível verificar uma melhora significativa entre a correspondência do salário mínimo em relação ao necessário. Com o salário mínimo vigente abaixo do necessário, o poder de compra do trabalhador permanece prejudicado, o impedindo de adquirir todos os itens básicos, descritos segundo a constituição, para sobrevivência.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS EM DADOS E INFORMAÇÕES, 2017. **Índice de Preço ao Consumidor de Maceió - IPC - Anual**. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/indice-de-preco-ao-consumidor-de-maceio-ipc-anual>>. Acesso em: 10 de out. 2017.

BERRIOS, Luiz Alberto. **Salário mínimo versus cesta básica dieese: uma relação díspare**. 2014.

BERTUSSE, Geovana. **Laboratório de Economia - Monografias**. 2012.

BRASIL. Decreto-Lei 399 de 1938. Aprova o regulamento para execução da lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-185-14-janeiro-1936-398024-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17 de ago. 2017.

BRASIL. Lei N° 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo; disciplina a representação fiscal para fins penais nos casos em que houve parcelamento do crédito tributário. **Presidência da República**, Brasília, 25 de fev. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12382.htm> Acesso em: 17 de out. 2017.

BRASIL. Lei N° 13.152, de 29 de julho de 2015. Dispõe sobre a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2016 a 2019. **Presidência da República**, Brasília, 29 de jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13152.htm> Acesso em: 17 de out. 2017.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. **Estabilização e desemprego em tempo de mudança: realidade e desafios no caso brasileiro**. 2000.

GONÇALVES, Sergio Luiz Agostinho. **A incidência tributária indireta sobre os gêneros alimentícios da Cesta Básica e suas implicações dos recursos familiares - Viçosa/MG**. 2006.

DIEESE, 2016. **Pesquisa nacional da cesta básica de alimentos - metodologia**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>>. Acesso em: 13 de out. 2017.

LACERDA, Antônio Corrêa de et al. **Economia Brasileira**. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

LAVINAS, Lena. **Acessibilidade alimentar e estabilização econômica no Brasil nos anos 90**. 1998.

OLIVEIRA, Giovani da Silva. A importância do Índice da Cesta Básica de Passo Fundo em relação ao Índice de Preços do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo. 2009.

SILVA, Pedro Augusto Tavares da. Análise da Cesta Básica no município de Santana do Ipanema e sua relação com o Desenvolvimento. 2015.

SOUZA, Renata Kelly R. de. Análise da cesta básica de paraíso do tocantins: o caso feijão. 2016.